



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2850/2020 - A

1
2 Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se
3 para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental
4 – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO
5 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação
6 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª
10 Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular),
11 **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de**
12 **Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke
13 (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio**
14 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular) e Carolina
15 Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
16 **Econômico – SMDE**; Leonardo de Lima Marques (Titular), **Secretaria Municipal de**
17 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente),
18 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO**
19 **GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de**
20 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso**
21 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen
22 (2ª Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**;
23 Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
24 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
25 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
26 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
27 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
28 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
29 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA**
30 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**
31 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**
32 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie
33 Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria
34 dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge
35 Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz
36 Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**;
37 Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo
38 de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson
39 Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
40 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**:
41 Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro,
42 **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Instrumentos Urbanísticos/
43 **Contrapartidas: Compensações, Mitigação. Dimensionamento, Definições,**
44 **aplicações, trâmites**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu
45 início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e



46 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Declaramos
47 aberta a nossa reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento
48 Ambiental e Urbano. Dando início a nossa primeira reunião temática, vamos dizer assim,
49 de um tema específico que não os processos em pauta. A gente tem tantos temas
50 importantes para discutir com todos os conselheiros. Na data de hoje, como a gente havia
51 combinado, em sendo uma então, temática e como vamos ter a oportunidade de debater
52 depois da apresentação, imagino que não seja necessário a gente fazer o período de
53 Comunicação, porque nas nossas reuniões extraordinárias já vamos direto para a pauta.
54 Como é a nossa primeira reunião, a gente vai trabalhando esse modelo, vai ser construído
55 apresentar daqui, vou pedir para a Vaneska fazer uma apresentação, um pouco do modelo
56 de como vai funcionar a discussão. Até antes de a gente entrar na discussão, se passar
57 para a Gisele fazer a apresentação, depois a gente abre para debates. Mas a Vaneska
58 propôs, junto com a Patrícia, de forma muito brilhante, uma dinâmica de funcionamento. Na
59 data de hoje a gente teta esse modelo e deixa aberto para sugestões, algum acréscimo,
60 alguma crítica a este modelo, que na próxima agenda que a gente tenha para discutir, de
61 temática, que a gente delibere se segue de fato com esse modelo de discussão. Eu de
62 imediato, então, passo a palavra para a Vaneska, para fazer essa apresentação para nós
63 dos momentos, como vai funcionar nesses momentos em pauta de processos. **Vaneska**
64 **Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
65 **Sustentabilidade – SMAMS:** A gente fez um documento escrito, hoje ainda estava
66 fazendo algumas revisões durante o dia, não foi disponibilizado para os conselheiros. Até
67 está como destaque, como versão preliminar, porque justamente se espera contribuições
68 para que a gente possa qualificar. Então, a gente vai apresentar o que a gente pensou e
69 que vai ser testado hoje. Então, trata-se de reuniões temáticas do CMDUA. No documento
70 a gente citou quais são os quatro pontos que a gente vai estar abordando hoje. Esta
71 apresentação da discussão do piloto para discussão, no segundo momento vai ter a
72 apresentação da temática, depois o período de debate e o último momento dos registros e
73 encaminhamentos. Com relação ao piloto, então, a gente só destacou que de acordo com
74 o que está previsto no regimento, né, faz parte das ações de qualificação de todos os
75 conselheiros e a cada nova gestão existe esse espaço para fazer esses processos de
76 qualificação. E nesse sentido, então, foi colocado no dia 03/08 a votação das temáticas,
77 onde hoje se inicia a primeira temática. É uma reunião por mês, com alguns ajustes em
78 função das datas. E a realização dessas reuniões nós destacamos os objetivos principais.
79 Um que seria apresentar, tecnicamente, diferentes temas da forma como é conduzido
80 dentro da administração municipal, com os procedimentos e atribuições específicas. E
81 promover o debate desses temas com os conselheiros no âmbito do planejamento urbano
82 ambiental. Nesta reunião de hoje, então, a gente vai testar esse formato para o debate,
83 para a moderação do debate e para o registro das contribuições. A temática do dia vai ser
84 apresentada em cerca de 20 minutos pela equipe técnica, focando na situação do tema
85 com relação à legislação vigente e aos procedimentos adotados pela administração
86 municipal sobre um tema, que é o que nos compete. O debate sobre a temática do dia,
87 depois da apresentação vai ser aberto o debate para as contribuições dos conselheiros. A
88 ideia é garantir o tempo de debate de 5 minutos para cada Conselheiro e também garantir
89 2 minutos, com direito a réplica e tréplica, quando um debatedor se opuser às ideias do
90 outro. Então, para poder de alguma forma ordenar, mas, ao mesmo tempo, garantir que
91 possa ter esse contraponto sobre os temas apresentados. E não ultrapassando o tempo
92 total de uma hora de debate. Ao final do debate o moderador, que imagino que sempre vai



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

93 ser alguém do planejamento. Hoje como a gente está em teste eu entendo que a gente vai
94 tentar dividir essa tarefa de anotar e ao final eu posso pontua alguns dos
95 encaminhamentos. Seria uma síntese do que foi apresentado pelos conselheiros e nesse
96 período, 5 minutos, para falar sobre o que foi apontado e 15 minutos para que também
97 possa existir esse debate final. Imaginando que nem tudo, nem todo o universo das
98 dúvidas e das sugestões possam ser contemplados dentro desse formato, que tem um
99 limite de tempo, a equipe do planejamento preparou como teste um formulário online para
100 que possam se registrar essas contribuições. Esse link vai estar neste texto, que eu já
101 encaminhei para a Camila, que ela pode disponibilizar depois para todos os conselheiros,
102 que eu encaminhei a pouco tempo, por isso que ela não disponibilizou com antecedência.
103 Depois da apresentação eu vou só demonstrar ali para ver que ele é bem simples, mas é
104 bem importante sobre dois aspectos, um que seria a contribuição sobre a temática e uma
105 segunda tela onde a gente botou uma avaliação sobre a dinâmica, para que a gente possa
106 qualificar o processo. Os registros, então, vão ser compilados na forma de um relatório
107 planilha, que vai ser encaminhado ao CMDUA uma semana antes do próximo debate, para
108 que no próximo debate, antes do próximo debate possa se deliberar sobre, fazer a
109 validação deste registro, ver se não faltou alguma questão que queira ser identificada
110 pelos conselheiros. Então, resumindo, tem essa apresentação de 20 minutos, o debate de
111 60 minutos com 5 minutos para cada Conselheiro, mais os direitos de réplica e tréplica, e
112 no final essa síntese de 5 minutos, mais conclusões de 15 minutos. Só para mostrar para
113 vocês, depois também se tiverem alguma dúvida com relação ao formulário, a gente fez
114 ele de maneira bem simples nas ferramentas que tem disponíveis, gratuitas na internet.
115 Então, se coloca aqui sempre qual é a temática e a data que foi realizada a reunião para o
116 conselheiro poder saber sobre qual tema ele está opinando. A gente solicita que o
117 conselheiro coloque o nome, a entidade que representa ou a região. E a contribuição que
118 pode ser escrita, que aqui a gente previu esse formato livre nesse primeiro momento, mas
119 vai ser também uma experiência para a gente organizar os resultados. E aqui na segunda
120 tela a gente pede o que seria a avaliação, para verificar se a metodologia ficou clara, uma
121 nota de 1 a 5, tempo atribuído para cada etapa. Eventualmente, pode ser que os
122 conselheiros imaginem que possa ser dado mais ou menos tempo para alguns dos
123 momentos que a gente está planejando e uma avaliação geral. E aqui um espaço para
124 contribuição, que é livre, mas que a gente acredita que é muito valioso, se os conselheiros
125 puderem nos ajudar a deixar esse formato mais ajustado para que seja mais produtivo
126 possível e a gente consiga depois ter o resultado dessas reuniões temáticas, que possa
127 ter andamento e ser aplicado dentro das estratégias de planejamento urbano ambiental da
128 cidade. Acredito que seja isso dos pontos principais. Não quero tomar também muito
129 tempo do debate em si. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
130 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Vaneska. Obrigado pelo esforço aí
131 em propor uma lógica de trabalho. A ideia a gente disponibiliza para todos vocês, a
132 apresentação. E já fica o modelo ali para contribuições, conforme propôs a Vaneska, para
133 a gente, então, validar na próxima reunião. Vamos fazer o teste na data de hoje. Então, a
134 gente tem a apresentação por parte da Gisele e a equipe, a Carol, do escritório de
135 licenciamento, enfim, a equipe de planejamento para essa primeira pauta. Depois a gente
136 abre a inscrição, faz o debate, encaminhamentos e sempre abre um link para sugestões,
137 aquele link que a Vaneska explicou ali para contribuições. E daí, na próxima reunião, a
138 gente delibera com aquela ata, a espécie de uma ata, que vai ter as contribuições feitas
139 pelos conselheiros. É o início, a gente vai testando e aprimorando o modelo, com fluxos



140 previamente definidos. De imediato, então, peço que a Conselheira Gisele possa
141 compartilhar a apresentação. Eu não sei se tem alguma dúvida com relação. Conselheiro
142 Felisberto tem uma dúvida. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
143 **Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. Eu entrei atrasado, então, não
144 ouvi o início da apresentação. Quando será disponibilizado isso que foi apresentado para
145 que a gente possa apresentar a sugestão, a dinâmica, para que a gente possa também
146 avaliar um pouco a sistemática dessas reuniões. Então, eu entrei atrasado, talvez esteja
147 fazendo pergunta que já tenha sido respondida. Então, essa é a minha dúvida. Obrigado,
148 **Secretário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
149 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Felisberto. A Vaneska fez para nós aqui um
150 pouco da apresentação de como mais ou menos vai funcionar. A gente vai testar na data
151 de hoje esse modelo e vai ficar aberto um formulário para contribuições. A gente não vai
152 liberar hoje com relação a essa metodologia. Apresentamos ela, os tempos, réplica,
153 tréplica, o momento de debate mesmo depois da apresentação, tem apresentação, aí tem
154 o período de inscrição para debate, é 5 minutos para debate, depois réplica e tréplica 2
155 minutos. Ao final a equipe de planejamento, por meio da Vaneska e da Patrícia, vão fazer
156 um relato de encaminhamentos daquilo que for discutido na data de hoje e mesmo assim
157 vai se abrir um formulário depois de atribuições, que é um link, onde os conselheiros vão
158 ter a oportunidade de manifestar alguma coisa que porventura não tenha ficado claro,
159 manifesta ali naquele formulário. Esse formulário, Vaneska, me corrija, a gente vai
160 disponibilizar para os conselheiros o resultado, o torno deste formulário, uma semana
161 antes dessas reuniões temáticas, a gente disponibiliza e na reunião temática, que já vai ter
162 outro tema que vai ser discutido, a gente delibera o anterior, vamos dizer assim, aquele
163 resultado, traz para conhecimento, que, na verdade, é um formulário automático, recolhe
164 todas aquelas informações que tem ali. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente),**
165 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu até ia
166 fazer um comentário só, se me permitem. Hoje a gente vai fazer esta primeira experiência
167 de tentar registrar ao mesmo tempo em que está acontecendo a reunião. Então, pode ser
168 que depois a gente tenha que voltar e ver através da ata algumas contribuições, se faltar
169 alguma questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
170 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. A questão da hora, é uma
171 proposta para distribuir dentro de um tempo razoável que a gente tem de 2 horas. Tem a
172 apresentação, tem debate, tem réplica, tem conclusão, tem relatório. Essa é a ideia de
173 distribuímos um pouco o nosso tempo dentro dessas 2 horas. Gisele, está com a
174 apresentação pronta? **2. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS/CONTRAPARTIDAS:**
175 **COMPENSAÇÕES, MITIGAÇÃO. DIMENSIONAMENTO, DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES,**
176 **TRÂMITES. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
177 **Econômico – SMDE:** Sim. Posso iniciar. Boa noite a todos os conselheiros. Eu sou Gisele
178 Vargas, eu sou arquiteta, sou coordenadora de desenvolvimento urbano na SMDE e sou
179 representante dessa SMDE aqui neste Conselho. Eu tenho 5 anos de Prefeitura, vou
180 completar este ano. E esse tema foi por mim sugerido, fiquei surpresa que tão rapidamente
181 ele foi acatado. Então, eu tive que dar uma corrida para poder trazer para vocês um
182 panorama geral desse assunto, que é um assunto que gera bastantes controvérsias,
183 polêmicas enfim. E ele ao mesmo tempo é um instrumento bastante importante para a
184 cidade. Então, quem vai também me acompanhar nesta apresentação hoje é a Arquiteta
185 Carolina Kessler. A Carolina trabalha lá na unidade de empreendimentos de grande porte,
186 que faz justamente de análise dos projetos de impacto urbano de 2º grau. Então, de uma



187 forma geral a gente vai começar com a questão dos instrumentos urbanos, que seriam
188 contrapartidas urbanas, de desenvolvimento urbano, que se dividem em compensações e
189 mitigações. Então, eu vou passar a origem disso, o que tem em termos de legislação,
190 como isso está no nosso Plano Diretor e um caso exemplar para a gente visualizar, na
191 realidade, esse assunto. Então, parte-se do pressuposto, assim, qualquer atividade
192 humana, econômica, agrícola, qualquer coisa industrial, ela é geradora de impactos, que
193 se chamam de externalidades, que pode ser uma poluição ou, no caso, na questão da
194 cidade, podem ser saturação do sistema viário, problemas de infraestrutura e drenagem,
195 aumento de população e demanda por equipamentos. Isso é inerente a nossa atividade
196 econômica, humana, enfim. Para isso, está previsto isso, tanto no âmbito da legislação
197 ambiental, como na legislação urbanística, as chamadas contrapartida, que se dividem em
198 mitigações e compensações. Mitigações é quando tu consegues ir ali e sanar aquele
199 impacto, digamos assim, tirando ele, ele vai ser anulado praticamente. E a compensação é
200 quando tu não consegues reverter esse impacto. Então, de alguma forma tu vais
201 compensar. Então, a gente vê isso no nosso dia a dia, na cidade, em obras viárias, em
202 estudos de tráfegos, que se originam desses projetos que a gente chama de “projetos de
203 impacto urbano”. Isso vem previsto desde o estatuto da cidade, no que a Lei Federal
204 10.257/2001, artigo 2º, que diz assim: “Ajusta distribuição dos benefícios e ônus
205 decorrentes do processo de urbanização”. Então, ela é distribuída entre o ente público e o
206 ente privado, para isso o nosso Plano Diretor abriu um Capítulo V – Dos Projetos
207 Especiais de Impacto Urbano, a partir do art. 54-A, que começa a detalhar esse tipo de
208 projeto. Então, ele coloca os objetivos que estão alinhados com as estratégias do plano,
209 no art. 54, no 55 é de quem cabe a iniciativa desses projetos, depois identificação de
210 impactos: estudos e avaliações de impacto; estudos de impacto de vizinhança; qual o
211 alcance dessas alterações propostas nesses projetos, se elas alteram índices urbanísticos,
212 até quando e quanto eles podem ir e de que forma; e depois os diversos tipos de estudos
213 de 1º, 2º e 3º grau que são contemplados na nossa legislação. Então, em síntese, nós
214 temos quatro tipos de projetos urbanos dentro do âmbito do município. Existem os
215 empreendimentos comuns, não é que eles não causem impacto, eles causam, só que esse
216 impacto está coberto pela própria legislação do Plano Diretor. Eles não estão solicitando
217 ou não estão requerendo nenhuma ação de alteração de algum regramento do plano, eles
218 estão seguindo e ali eles estão depois. Depois nós temos os de 1º grau, 2º e 3º grau, que
219 são as operações urbanas consorciadas. Agora, em seguida, a gente vai ver o que
220 diferenciam esses graus. Então, como a gente falou antes, aqui vocês podem ver o
221 empreendimento comum, que se restringe ao lote, ele segue o Plano Diretor, ele não está
222 infringindo ou pedindo nada específico. Então, a gente entende que o próprio impacto dele
223 já está previsto dentro do regime do Plano Diretor. Depois de 1º grau, ele parte do lote e
224 tem alguma alteração, digamos, ou de porte, ou de atividade, ou ele tem uma flexibilização
225 de algum regulamento de recuo de jardim, mas é um impacto muito restrito. Digamos que
226 ele fique dentro da quadra que está. Então, esses de 1º grau estão definidos no art. 60 do
227 plano e estão listados no Anexo 11.1 e, como eu falei para vocês, podem ser tanto
228 obrigatórios pela sua característica ou pode ser por solicitação. Então, aqui mostra o
229 anexo e os diversos tipos de projetos de impacto de 1º grau. Então, são várias coisas bem
230 diversas: postos de abastecimento, dependendo da situação, drive-thru, meios de
231 hospedagem. Então, realmente, quando a gente verifica ali são atividades de baixo
232 impacto. Aqui a lista dos obrigatórios e onde que eles são analisados. Então, o município
233 dispõe das quatro comissões que analisam esses processos. Depois a gente passa para



234 os que a gente tem mais conhecimento aqui no Conselho, que são os de impacto urbano
235 de 2º grau. O que é o impacto urbano de 2º grau? Ele é um empreendimento, ali está um
236 exemplo, o Shopping Praia de Belas. A atividade dele, o porte dele, enfim, o próprio
237 projeto, a configuração, a morfologia dele, ela altera, ela afeta, ela interfere em um
238 pequeno território no torno deste empreendimento. E o impacto gerado por esse
239 empreendimento precisa ser mitigado ou compensado dentro deste raio definido pelo
240 empreendimento. Então, como que é feita a avaliação? Dentro da comissão que ele estiver
241 tramitando existe, cada secretaria tem um assento, uma cadeira e ela vai através do
242 projeto apresentado verificar o que esse projeto está trazendo de alterações, impactos
243 nesse território. Então, os de 2º grau seguem a mesma lógica, eles têm no seu anexo e
244 estão no art. 61 do plano. A lista deles, os portes, as características dos empreendimentos,
245 rodoviária, penitenciária. Então, são empreendimentos que a gente tem visto transitarem
246 aqui no Conselho e passarem pela nossa análise. E as duas comissões que estão
247 encarregadas dos impactos do 2º grau são a CAUGE e a CADAP. A CADAP é dedicada às
248 habitações de interesse social, ligadas, exclusivamente, ao Programa Minha Casa Minha
249 Vida, tanto edificação como parcelamento do solo, loteamentos, desmembramentos, tudo
250 isso. Depois a gente passa para os empreendimentos de impacto urbano de 3º grã, que
251 daí são chamadas as operações urbanas consorciadas, que abrem território bastante
252 ampliado, é um raio ampliado de um zoneamento definido e cujos empreendimentos que
253 acontecerem de dentro desse limite terão sua compensação e mitigação submetidas a
254 determinadas regras da própria operação urbana. Então, a gente tem em Porto Alegre a
255 Operação Urbana da Lomba do Pinheiro, que tem um regramento próprio e segue aquele
256 regramento. Só para repassar, são os empreendimentos comuns, o 1º grau, o 2º e o 3º,
257 que é com a lei própria. Depois aqueles artigos que eu comentei com vocês, os elementos
258 que devem ser avaliados na determinação dos impactos, os objetivos que devem estar
259 alinhados com as estratégias do plano. E o que se leva em consideração nessa avaliação?
260 É aquilo que eu falei para vocês, é o agravamento de uma situação de mobilidade, a
261 carência de equipamentos, a questão ambiental, preservação do patrimônio ambiental e
262 está, como eu disse antes, alinhado com os objetivos do plano estratégico. Aqui de novo
263 os empreendimentos comuns, o primeiro, segundo e o terceiro. E isso aqui é importante,
264 que mesmo que ele esteja dentro da classificação definida pelo plano, a avaliação
265 dependerá não somente do tipo, como eu mostrei ali o porte, a atividade, o cemitério, o
266 hospital, mas também depende do local onde ele vai ser implantado. Então, o impacto vai
267 ser medido não só pelo próprio empreendimento em si, mas o que ele vai causar naquele
268 território, o que ele vai acarretar. Então, aqui a gente vê o seguinte: um hospital que é
269 enquadrado em 1º grau, entretanto, se tiver um porte superior a 30.000m ou mais 400
270 vagas se enquadra em 2º grau. Então, há necessidade das medidas, será proporcional ao
271 impacto no entorno e a atividade que se insere, com base nos conteúdos abordados no
272 art. 56. Loteamento também, a mesma coisa, se ele é na área predominante residencial é
273 de 1º grau, mas se ele está incidindo sobre uma área de preservação ambiental vai causar
274 talvez um impacto nessa área de preservação, nesse meio ambiente. Então, ele já vai
275 passar para ser um empreendimento de 2º grau. Aqui a mesma coisa, por exemplo, de
276 atividade de transporte de uma garagem é diferente de uma rodoviária. Imaginando por
277 área construída de um aeroporto, um impacto muito diferente do supermercado. Então, são
278 diferentes níveis e, conseqüentemente, diferentes necessidades de contrapartidas para
279 cada tipo de empreendimento. Então, o caminho que este projeto percorre dentro da
280 administração começa com a emissão das diretrizes por parte da comissão, é feito um



281 requerimento com uma solicitação ao município. O município emite essas diretrizes em
282 forma de pareceres. A partir desse parecer de diretrizes é feito um estudo de viabilidade,
283 aí nesta etapa de EVU que há a definição das medidas mitigatórias ou compensatórias das
284 contrapartidas. Uma vez que o EVU for aprovado na comissão, que é composta por várias
285 secretarias, como vocês sabem, ela vem para a nossa instância, que é o Conselho. Ela
286 transmite aqui no Conselho, sendo aprovada ela parte para a homologação no Gabinete
287 do Prefeito. Aí o caminho que isto toma é bastante interessante, após a homologação é
288 elaborado por parte da PGM o famoso termo de compromisso. O que é o termo de
289 compromisso? A partir dos impactos, das medidas determinadas para a mitigação e
290 compensação, é elaborado um termo, que é uma espécie de contrato, um acordo de
291 vontades, como os advogados gostam de dizer, no qual estão listadas todas as obrigações
292 do empreendedor, face esse empreendimento, com um cronograma detalhado e passível
293 de ser aditado. Então, aqui eu trago para vocês um exemplo, que a colega vai apresentar,
294 bastante conhecido de todos, que é a UNISINOS. Então, a UNISINOS foi o projeto de
295 impacto de 2º grau, tem um termo que é vigente, com várias obrigações, com várias
296 contrapartidas. As mais visíveis são as contrapartidas viárias na Nilo Peçanha. E essas
297 medidas todas estão disponíveis para consulta no termo que está no site da PGM. Então,
298 tem o primeiro termo, primeiro aditivo, segundo, terceiro, o quarto, e ele é bastante
299 elucidativo, está listado ali tudo que o empreendedor deve fazer. Muitas vezes também o
300 município é parte do termo, tem suas obrigações também que devem ser atendidas. Eu
301 gostaria de passar a palavra para a colega Carolina, para ela falar um pouco mais
302 detalhadamente sobre este empreendimento da UNISINOS. Obrigada. **Carolina Wallau de**
303 **Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –**
304 **SMDE:** Boa noite a todos. Obrigada, Gisele. A gente trouxe um caso aqui, um estudo de
305 caso da UNISINOS, que é uma universidade particular que foi enquadrada como Projeto
306 Especial de Impacto Urbano de 2º Grau. Então, ela foi avaliada pela CAUGE, Comissão de
307 Análise Urbanística em Gerenciamento, por equipe multidisciplinar, que passa tanto pelo
308 DMAE, DEP, SMIM, SMED e cultura. Aqui a gente coloca uma imagem para ilustrar como
309 era a situação anterior à implantação do empreendimento, na qual a gente verifica que era
310 uma quadra privativa do Anchieta. Não tinha contato com a via pública, que a gente fala
311 tanto da interface público privada, é uma cancha de futebol com estacionamento de
312 professores. E atualmente, aí a gente pode passar para a próxima imagem, já tem o
313 empreendimento, que é de ensino formal de 3º grau, como centro comercial com cerca de
314 mil vagas de estacionamento. Os projetos de um modo geral, a gente sempre vai ver qual
315 o impacto dele, a infraestrutura, aí a gente está falando de drenagem, de esgoto, de
316 abastecimento de água, como nos equipamentos comunitários, escola, saúde, enfim. Tem
317 as questões urbanísticas de paisagem urbana também, que a gente sempre busca, que se
318 houver alguma flexibilização, seja de volumetria, ajardinamento, enfim, alguma extensão
319 de regime, de atividade, a gente sempre procura que ela esteja bem inserida nessa
320 paisagem e nesse contexto no qual ele está se inserindo. No caso da UNISINOS, eles
321 necessitaram de uma extensão de rede de atividade, porque esse quarteirão possui duas
322 subunidades com regimes diferentes. Uma subunidade voltada para a Nilo Peçanha, do
323 corredor da centralidade da Nilo, é um corredor de desenvolvimento de Porto Alegre, que
324 está marcado no Plano Diretor. E o interior do quarteirão é predominantemente
325 residencial. Então, nesses projetos de 2º grau a gente tem muitos desses casos, dos
326 terrenos que possuem duas subunidades, na frente, por exemplo, de uma avenida mais
327 movimentada e a parte dos fundos, enfim, outro regime. Então, até para se ter uma



328 unidade, principalmente neste caso aqui que a gente tem um quarteirão inteiro, a gente
329 acaba tendo um olhar diferenciado para esse empreendimento. Esse foi um
330 empreendimento que ocorreu durante 2012, desde as diretrizes até a aprovação do EVU.
331 Como era um empreendimento de ensino, quando não é residencial ele não gera impacto
332 na saúde. Isso é uma questão até de legislação federal, que quem gera o impacto na
333 saúde são as unidades residenciais. Então, aqui neste caso não teve interferência, esta é
334 uma região que já tem a questão das áreas verdes, das praças também bem desenvolvida,
335 bem atendida. No caso, eles tiveram que fazer um reservatório de detenção para as águas
336 pluviais e praticamente todas as mitigações foram em termos de trânsito e circulação. Ele
337 é um polo gerador de trânsito. Então, esse tipo de empreendimento ele acaba por
338 necessitar um estudo de impacto de trânsito, um estudo de mobilidade que o empregador
339 deve apresentar para o município e as equipes responsáveis que hoje estão na EPTC hoje
340 fazem essa avaliação. Basicamente, uma ampliação de faixa de trânsito na Nilo Peçanha,
341 a implantação da passarela de pedestres pública com funcionamento 24 horas. Ela tem
342 acesso pelos dois passeios públicos, ela é uma passarela pública, paradas de ônibus,
343 travessia segura na região, alguma coisa de mudança de sentido das vias e qualificação
344 desses cruzamentos do entorno. Eu não sei se eu cheguei a falar das paradas seguras
345 também, né. E também equipamentos para qualificar o monitoramento de trânsito e de
346 segurança. Acredito que seja basicamente isso, o nosso tempo está terminando. Eu acho
347 que é isso. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento**
348 **Econômico – SMDE:** Eu acho que esse tema é bastante interessante, com certeza os
349 conselheiros, mesmo não sendo conselheiro, mas como cidadão, nós temos essa
350 curiosidade, esse interesse de sabermos o andamento desses termos, o que cada
351 empreendimento ficou comprometido. Muitas vezes a gente recebe questionamentos da
352 Câmara de Vereadores, enfim, sobre porque tal empreendimento não fez tal mitigação.
353 Muitas vezes, mesmo sendo um supermercado, como aquilo que eu falei para vocês,
354 mesmo sendo uma clínica, um hospital, foram avaliados os impactos, mas não
355 necessariamente eles necessitem de mitigação. Então, acho que vamos deixar para os
356 conselheiros elaborarem seus questionamentos. É isso. Muito obrigada. **Germano**
357 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
358 **SMAMS:** Obrigado, Gisele, pela excelente apresentação. Carol também, bem elucidativa,
359 tenho certeza que todos gostaram, o tema das medidas mitigatórias, compensatórias,
360 contrapartidas, um debate histórico no município, com bastante interesse de todos. Antes
361 de abrir a fala para os debates, para inscrições, para dúvidas e para debater o assunto, do
362 ponto de vista legal tem alguns marcos legais que disciplinam essa matéria.
363 Necessariamente, para impor essa restrição a livre iniciativa, né, aos empreendimentos,
364 tem que ter o impacto gerado no meio ambiente, essa natureza jurídica que justifica essa
365 cobrança. É aí que a gente tem posicionado o Plano Diretor, que a Gisele apontou, é isso
366 que justifica, que nos possibilita impor, tem que estar por meio de um estudo técnico, uma
367 análise correspondente, que tu avalia qual é a solução para mitigar aquele impacto, como
368 bem apontou a Gisele. O tema é polêmico, tenho certeza que cada um tem um ponto de
369 vista diferente. E eu abro para os inscritos (Listagem de inscritos da 1ª rodada). Abro a
370 palavra para o Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos**
371 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Então, boa noite a todos.
372 Primeiramente, parabenizar pela apresentação, foi bem enxuta e ao mesmo tempo
373 esclarecedora sobre o aspecto de aprovação de projeto nos seus diversos graus de
374 jurisdição de aprovação. O meu ponto, assim, sem querer me estender, até porque vai ser



375 curto o tempo, quanto a algumas questões sobre as contrapartidas e aos aspectos de
376 mitigação dos empreendimentos em Porto Alegre. Eu acho sim, nós temos uma legislação
377 federal e que rege a compensação. Eu, particularmente, acho muito válida, acho que é
378 importante, todo o entendimento deve sim ter a sua mitigação, a sua compensação. O
379 aspecto que eu quero abordar aqui e colocar para a discussão, que é a presunção de
380 esgotar o tema, é que essas contrapartidas, essas mitigações poderiam ser melhor
381 discutidas com a equipe técnica de quem está empreendendo. Isso é o que eu quero me
382 deter, porque tem algumas coisas e o que eu vou dizer aqui parece um contrassenso, tem
383 algumas coisas que por algum motivo as pessoas têm o hábito de colocar números em
384 leis. Números técnicos de engenharia em leis, talvez por causa de 50cm, por causa de 1m,
385 a gente fica discutindo um empreendimento que pode criar um impacto gigantesco na
386 cidade. Ou seja, não existe essa flexibilização muitas vezes. E quando vem com
387 flexibilização, a palavra “flexibilização” tem uma carga negativa como se estivesse
388 liberando alguma coisa fora do normal. E eu vou dar um exemplo, sem me deter, um
389 exemplo real, mas de maneira mais abrangente, são as famosas bacias de retenção
390 pluviais em Porto Alegre. Eu tive a oportunidade de estudar um pouco mais elas, até
391 através do próprio e IPH lá na UFRGS, aquilo foi um modelo matemático criado, que ele
392 tem toda a funcionalidade, acho que funciona muito bem em diversos aspectos da cidade,
393 ele foi modelado, matematicamente, para o 4º Distrito, onde se sabe que tem alagamentos,
394 só que ela não pode ser implementada em toda a cidade como uma lei, porque tem
395 lugares que não têm condições técnicas de fazer a bacia de retenção, muito menos
396 colocar na rede pluvial existente do DMAE. Além do que, muito dessas plantas do DEP,
397 antigo DEP, hoje estão completamente defasadas, estão desatualizadas, por muitas vezes
398 a gente tem que explicar diversas vezes que nós não temos condições e a resposta é
399 muito simples: a lei diz e obriga a fazer. Então, eu já vi construir bacias de retenção em
400 Porto Alegre que não funcionam, depois é feito um *wishlist*, porque não funciona, mas a lei
401 diz que tem que ter. Então, o que eu queria colocar aqui como estudo, eu acho que todos
402 os aspectos são relevantes, são importantes, mas eu acho que a gente deveria ouvir um
403 pouco mais a comunidade técnica sobre diversos aspectos da mitigação. E outra coisa que
404 eu acho importante, só para concluir a minha fala, é com relação a esses estudos e a
405 forma como chegaram algumas mitigações. Tem algumas que não dá para se entender,
406 porque não estão na zona de interferência do empreendimento. Então, às vezes, eu
407 costumo falar de uma maneira que parece uma *wishlist*, uma lista de desejos do que eu
408 gostaria. Eu já vi solicitar carros para algumas unidades de conservação, eu queria
409 entender onde é que tem respaldo legal para solicitar um carro para uma unidade de
410 conservação ambiental. Então, sem esgotar e sem criar polêmicas, eu acho que tudo isso
411 deveria ser melhor discutido. Era isso, obrigado, Presidente. **Germano Bremm,**
412 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
413 Obrigado. Claro, objetivo, externando o ponto de vista. Tem um tempo, não é tão
414 apertadinho como nos nossos tempos dos debates dos processos, são 5 minutos, tu foste
415 nos 3, 3 e pouquinho, né. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos**
416 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Então, só vou concluir, não é um
417 chororô, é só um aspecto para poder colocar em discussão. **Germano Bremm, Presidente**
418 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso aí! Na
419 sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
420 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, novamente. Quero saudar
421 a Gisele e a Carolina pela apresentação. Parabéns, meninas! Foi muito boa a



422 apresentação. Eu queria fazer algumas considerações, ao contrário do que o Fernando
423 defende os técnicos e defende os engenheiros arquitetos, eu queria ir para o lado da
424 comunidade que sofre o impacto. Em qual momento que a comunidade que sofre o
425 impacto dessas obras dos grandes empreendimentos participam? Elas não participam na
426 discussão quando são feitas as contrapartidas, o olhar da Prefeitura é um olhar visando a
427 demanda das secretarias e dos departamentos. E eu vou citar três obras que para mim são
428 exemplares: o Zaffari da Dorival Castilho com a Juca Batista, o impacto que aquela obra
429 causou na região é impressionante. Em nenhum momento foi discutido com os moradores
430 do entorno. E ali tem várias comunidades que necessitam regularização fundiária. O
431 impacto que essa obra causou e quanto poderia ter sido pensada a extensão da Dorival
432 Castilho até a Ponta Grossa para desapegar a Juca Batista, em direção a Belém Novo. Lá
433 seria uma obra que poderia ter sido solicitado como uma contrapartida e uma
434 compensação pelos impactos que tem na região, principalmente na comunidade do
435 entorno. A segunda obra que para mim também é emblemática é a obra que foi aprovada
436 na Senador Tarso Dutra, o Belvedere. O impacto que essa obra ocasiona naquela região
437 ali, em que momento foi discutido com os conselheiros ou delegados da região que sofrem
438 esse impacto com o entorno? Em nenhum momento. E a terceira obra, que para mim é a
439 mais estarecedora, são aqueles prédios na Bento Gonçalves, quase com a João Pessoa,
440 eu acho que são uns 15 prédios. O impacto visual que aquilo ocasiona de trânsito e uma
441 série de coisas, para uma via que já é atrapalhada, vamos dizer assim, já é contaminada
442 pelos veículos, imagina todos aqueles prédios, o impacto visual, o impacto de trânsito, não
443 vou me atrever a entrar muito nessa área, porque não é minha, vou deixar para o Emílio,
444 que é um estudioso dessa área de mobilidade. É isso que eu acho que o Plano Diretor vai
445 ter esse momento e nós aqui estamos tendo este momento de discutir também as formas
446 da contrapartida, porque às vezes a forma das contrapartidas é um engano para viabilizar
447 determinada obra. Eu sei que este é um tema polêmico, eu sei que muita gente não gosta
448 do que eu vou dizer agora, mas, às vezes, não é importante fazer as compensações para
449 uma determinada obra para viabilizar determinada obra, porque o impacto que ela causa é
450 muito maior do que as compensações possíveis. E a última coisa que eu queria considerar
451 é que fala das operações urbanas consorciadas. Pasmem os senhores, teve um vereador,
452 ex-secretário, que na Câmara de Vereadores aboliu a lei da Operação Urbana
453 Consorciada da Lomba do Pinheiro. Então, vejam que mesmo que a gente queira fazer
454 com que a cidadania, a participação popular a comunidade participe, sempre os interesses
455 econômicos predominam sobre a realidade, sobre a paisagem urbana que se constitui em
456 determinadas comunidades. E eu defendo isso, a identidade dos bairros, como se
457 caracterizaram os bairros, como se caracterizou a cidade. A cidade não é igual, nós não
458 podemos ter via só para o carro, nós temos que ter comunidades que atendam o interesse
459 da comunidade, a identidade do bairro, se o bairro é residencial nós temos que trabalhar
460 com residencial, consultar a comunidade, ver quais as compensações possíveis e
461 resolução dos problemas dessa comunidade e não criar mais problemas. Era isso e
462 obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
463 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, foi pontualíssimo, 5
464 minutos. Eu lhe parabenoza pela fala. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
465 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Estou disciplinado, Secretário! (Risos). **Germano**
466 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
467 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência temos a Conselheira Tânia.
468 **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP.**



469 **4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de parabenizar as Conselheiras Gisele e Carolina pelo
470 excelente trabalho, foi muito esclarecedor. Eu tinha várias dúvidas que foram sanadas
471 através deste trabalho, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui, alguns
472 questionamentos. Elas falaram que as secretarias estudam os impactos dentro dos
473 projetos que são apresentados e aí são definidas as medidas mitigatórias e
474 compensatórias. Eu gostaria de saber como elas são definidas. Ali já deu para perceber
475 alguma coisa sobre o impacto viário, mas como que são definidas essas medidas e os
476 valores, eles são distribuídos, são contabilizados de que maneira? Eu sei que esse
477 empreendimento que teve aqui na Região 04, do Zaffari Bourbon, foram mais de 20
478 milhões que foram destinados para outra área, isso que o Felisberto falou e que o
479 Conselheiro Fernando também falou sobre a destinação dessas medidas, que às vezes
480 elas vão para lugares que não tem nada a ver, causando, como o conselheiro Felisberto
481 falou, um impacto muito grande na comunidade. A partir do momento que se abre um
482 shopping, um hipermercado como o Zaffari, que a gente sabe que quando abre um
483 empreendimento de grande porte, fecham no mínimo de 6 a 10 pequenos
484 empreendimentos no entorno. Isso causa uma série de problemas para a comunidade.
485 Então, assim, tipo nós aqui da região, nós gostaríamos que fizesse para aliviar o impacto
486 viário dessa região, que é muito terrível, que todos já sabem. Eu uma vez fiquei 2 horas do
487 SESC até a Antônio de Carvalho, que são uns 600m. Então, assim, 2 horas dentro de uma
488 condução. Então, é terrível. O que nós precisaríamos para aliviar isso? O Beco Souza
489 Costa. E nem seria, na verdade, a construção do beco todo, uma parte do Beco Souza
490 Costa que faz uma ligação com a Antônio de Carvalho, próximo a Ipiranga, porque nós
491 temos ali na Antônio de Carvalho uma saída para a Ipiranga. Então, seria perfeito, né. Não
492 se gastaria muito e tem muitas outras melhorias dentro do bairro que não foram vistas
493 dentro desse processo. E tem outras melhorias dentro do bairro, que não foram vistas
494 dentro desse processo. Então, essa é uma grande preocupação que nós temos, que todos
495 nós temos enquanto comunidade, porque nós moramos aqui e a gente sofre esses
496 impactos. Então, era isso que eu gostaria de saber, a destinação, como são definidos
497 esses valores e como são destinados esses valores. É isso, obrigada. **Germano Bremm,**
498 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
499 Obrigado, Tânia. Eu vou rodar aqui pelas inscrições e depois, ao final também, oportunizo
500 novamente a fala da Conselheira Gisele, da Carol, se quiserem a gente também pode
501 contribuir um pouco com as respostas, a Patrícia também. Seguindo, a gente tem o
502 Conselheiro Saffer Inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
503 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Obrigado pela apresentação, bem
504 esclarecedora, é bom essa questão de depois compartilhar essas informações com todos,
505 a apresentação. Eu queria, algumas são dúvidas sobre a apresentação, outras também
506 são algumas manifestações que vieram do Fernando e do Felisberto. A primeira que eu
507 vejo, porque já teve uma apresentação semelhante, se eu não me engano, foi até o
508 Germano que fez essa apresentação sobre esse assunto. Na época tinham ficado claros
509 três itens, que é a mitigação, que eu entendo que seja nessa ordem, inclusive, depois a
510 compensação e um termo que se usa muito, que para mim não foi muito bem esclarecido,
511 a contrapartida. Quando é que tem contrapartida? Em todo momento a gente trata aqui, às
512 vezes em processos e se usa de uma forma, talvez assim, como se fosse uma palavra que
513 nem sempre está na sequência disto que eu estou explicando, que são as contrapartidas.
514 Pode algum empreendimento, por exemplo, não ter contrapartida, ter só mitigação? Ou ter
515 mitigação e compensação e não ter contrapartida? Então, eu queria que vocês



516 esclarecessem melhor a questão da contrapartida. A questão da avaliação dos valores,
517 essas coisas, até o Fernando e o Felisberto comentaram, até a Tânia também, a gente já
518 ouviu situações como esse do carro, porque a gente entende que é o impacto naquele
519 local, naquela região. Por que às vezes vai fazer uma creche lá em um lugar longe? Por
520 que vai dar um carro para tal lugar? A gente vê que a EPTC também é a secretaria mais
521 inteligente que tem nesse sistema, porque está bem claro, ela colocou em lei algumas
522 coisas em todos os empreendimento. Então, a história da ciclovia a gente sabe que de
523 acordo com o tamanho tem tanto de ciclovia e está lá na lei quanto custa o metro da
524 ciclovia. Tem a história, está lá na CAUGE, tem que doar “x” para equipamento, para
525 sinaleira ou para computador. Então, está claro isso quando a Tânia interpretou onde tem
526 alguns critérios. Esses da EPTC estão claros, dos outros talvez não esteja claro qual é o
527 valor ou como são calculadas essas coisas. O Germano já teve essa preocupação de
528 tentar construir isso e uma vez se manifestou naquela vez que ele fez a avaliação. E
529 também eu vejo uma coisa que acontece aqui, ver como que a gente poderia melhorar. A
530 gente faz nas diretrizes, aprova EVU, cria-se a mitigação, compensação ou contrapartida,
531 mas quando o processo vem aqui no Conselho, volta e meia, principalmente os
532 conselheiros, e com todo o direito que eles têm, exatamente como o Felisberto comentou,
533 começam a avaliar pedindo, e usam o termo, uma compensação, uma contrapartida, na
534 verdade. Como é que a gente poderia resolver isso, talvez da comunidade ser melhor
535 ouvida lá no início do processo, porque a gente nunca viu aqui no Conselho a
536 possibilidade de alguém dizer que queria alguma coisa. Eu me lembro que em um
537 processo que eu participei, que era uma garagem. Então, não é porque ele vai ter,
538 realmente, um impacto de rua ou de trânsito, porque uma garagem está listada dentro
539 daquele anexo, que é uma garagem comercial, que acima de “x” vagas tinha que ter um
540 EVU e depois passava no Conselho. Eu me lembro que naquela vez estavam pedindo,
541 porque ele era lá em uma região, bombas para resolver um problema de drenagem
542 urbana. Então, por que isso acontece? Eu queria entender essas coisas que às vezes não
543 têm nexos de porque o impacto que faz, pedir no Conselho. Aí foi aprovado no Conselho –
544 Não, vamos arrumar a bomba! Mas esse processo vai estar escrito aqui no relatório do
545 Conselho, mas não vai voltar lá para a CAUGE e, na verdade, não vai acontecer isso.
546 Então, esses assuntos a serem tratados, eu acho que talvez deveriam ser tratados mais no
547 início do processo. Disseram uma vez até que uma das soluções seria trazer a lista das
548 necessidades do Orçamento Participativo, mas, às vezes, nem tudo que está nessa
549 listagem, e não sei como é que está, está talvez como uma demanda da comunidade. Eu
550 me lembro que um dos primeiros empreendimentos que aconteceu todo esse estudo, foi o
551 Carrefour, o primeiro Carrefour que teve. E como a Tânia falou, eu me lembro que naquele
552 estudo tinha a preocupação que ia dar o impacto, por exemplo, em um sapateiro da rua, ou
553 coisa assim, e dizia que o empreendimento tinha que entregar “x” funcionários que
554 deveriam ser pessoas da região, ou que tinha que disponibilizar “x” lojas dentro do
555 empreendimento para pessoas que tinham, por exemplo, comércio de rua, mas dava a
556 opção de ele poder ter esse comércio lá dentro. Se ele não quisesse, tudo bem, mas
557 oportuniza aquele sapateiro, por exemplo, a abrir uma lojinha que tinha lá dentro. Então,
558 esse tipo de coisa que eu acho que a gente tem que melhor entender e esclarecer aquelas
559 minhas dúvidas iniciais. Era isso aí, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
560 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Saffer. De
561 imediato passo a palavra ao Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli**
562 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Bom,



563 para não perder tempo eu queria também agradecer, queria parabenizar a Gisele e a
564 Carolina pela apresentação, foi bem didática, mas a minha questão, eu até que é de difícil
565 resposta, porque é uma questão que sempre foi polemica. A preocupação é com os
566 critérios de avaliação e de como e quem faz essas avaliações dos danos causados para
567 que se faça uma compensação da mitigação, enfim. Teve um caso que foi bem
568 interessante aqui, no próprio Conselho, que o conselheiro eu acho que foi o Dal Molin, se
569 não me engano, que passou um processo do Zaffari da Protásio, eu acho. Ele mencionou
570 que conheceu um caso ou ele mesmo, tinham feito um estudo para aquele local e tinham
571 solicitado um viaduto. É mais ou menos isso. O que interessa é isso. Depois veio uma
572 intervenção grande do Zaffari, como o hipermercado, vários prédios de apartamentos e
573 compensações ou mitigações foram bem menores. No primeiro caso, obviamente,
574 inviabilizou o estudo feito pelo colega. Então, a gente sabe que, na verdade, tem um custo.
575 O Fernando eu acho que também falou certo, às vezes esse custo não é calculado em
576 valor, tem um custo social, tem um custo econômico, tem um custo ambiental e isso eu
577 acho que é a dificuldade de se calcular e se sabe que tem muitas situações que...
578 (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
579 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Hermes, o seu som
580 baixou bastante, não sei se para todos. É, baixou. Chegou a tocar seu celular? Porque
581 quando toca ele baixa, dá esse problema, no meu também, aí baixa o volume. **Hermes de**
582 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
583 **SAERGS:** Então, só para terminar, a preocupação é esta, como são feitos os critérios?
584 Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
585 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Em relação aos critérios. O
586 Conselheiro Jackson inscrito pela RGP 03. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro**
587 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e a
588 todas colegas aí. Parabéns a colega Gisele, Carolina, Vaneska. Eu acho que foi
589 esclarecedora toda a apresentação, em relação, inclusive, a algumas questões que eu ia
590 apresentar nos debates já foram sanadas aí. Eu só queria lembrar alguns colegas do
591 mandato anterior, que foi uma conquista nossa e que este ano a gente não deu
592 continuidade, este ano não, neste mandato, é que essas pautas que iam para a CAUGE
593 para discutir as contrapartidas, o início do processo todo, a gente vinha sendo comunicado
594 dessas pautas, inclusive, não conseguimos uma cadeira dentro da CAUGE, porque eu
595 acho que deveria ter uma cadeira do nosso Conselho, alguém nos representando lá dentro
596 até para fins de a gente participar mais ativamente do processo, como colocaram os
597 colegas anteriormente, que me antecederam. Então, eu acho que isso poderia voltar. Nós
598 tivemos uma oportunidade de participar de uma reunião onde tinha um processo que não
599 era da minha região, mas era da região vizinha, a 04, que era justamente o Zaffari que a
600 colega Tânia citou, e o colega Dal Molin acho que também, que era o Zaffari do Jardim
601 Itália. E pela conselheira da região, antes ainda do último mandato, foi uma contrapartida
602 definida de uma escola infantil, se não me falha a memória era isso. Então, isso é
603 importante, eu acho que a gente pode assistir lá, como acontece a reunião da CAUGE,
604 tivemos a oportunidade de nos manifestarmos lá. O Paulo Monteiro, que era o
605 representante da Região 04 no mandato passado, participou junto. O meu suplente que
606 está junto aqui, o Paulista, que também foi titular nosso, participou também desse
607 encontro. Então, eu acho que isso nós poderíamos retomar de alguma maneira, porque
608 essa nossa participação, enquanto comunidades afetadas na maioria das vezes, é
609 importante para nós. Eu acho que existem várias maneiras de a gente fazer uma



610 construção nesse sentido, porque, realmente, essas contrapartidas que a gente tem que
611 dar uma observada, um dos muitos questionamentos que eu tenho é se contrapartida pode
612 ser trocada por serviço, por exemplo? Eu entendo que a gente tem que analisar isso
613 também. Era isso só, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
614 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Jackson. Na sequência
615 temos inscrito o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**
616 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Então, agradecendo a
617 Gisele, a Carolina, por esta apresentação e esclarecimento, que foi muito bom para a
618 gente. Eu quero começar, normalmente quando se fala em contrapartida a gente sempre
619 repete um pouco do que a gente gostaria que acontecesse nas nossas regiões e às vezes
620 não tem uma posição muito esclarecedora. Eu acho que a partir de agora não vamos
621 começar a ter uma participação melhor. Eu só quero colocar como sugestão, divulgar uma
622 relação de contrapartidas pelas regiões, para que a gente possa acompanhar o que
623 realmente foi feito, porque a gente sabe que os empreendimentos são de longo período e,
624 às vezes, até passa de uma gestão para a outra, as representações, a gente muitas vezes
625 não consegue acompanhar. Eu quero colocar como sugestão, ao mesmo tempo dizendo
626 que a importância dessas contrapartidas, do acompanhamento, como é o caso da Arena
627 do grêmio, que até hoje não foram contempladas as contrapartidas da época. Os
628 conselheiros ficaram fora e não acompanharam o que aconteceu ou o que já foi executado
629 lá. Mais dois exemplos, Gisele, a abertura ou a continuação da abertura da Av. Grécia,
630 passando a Av. Do Forte, pelo Zaffari da Assis Brasil. Ficou nisso, ninguém viu, não se
631 consegue buscar isso hoje para um debate para fazer com que isso se resolva. A Taurus,
632 que impedia, já foi embora. Então, eu coloco coisas assim. O próprio empreendimento,
633 inclusive, em 2017 foi aprovado aqui no Conselho esse empreendimento, até hoje ninguém
634 sabe nada. Então, como sugestão a gente colocar talvez no parecer da CAUGE ou lá no
635 termo de compromisso, essas contrapartidas tem que ter um período fixo para ser entregue
636 a contrapartida já no início do empreendimento, porque quando o empreendimento é de
637 longo tempo, 5, 6, 8 anos, sei lá quanto tempo e às vezes passa do prazo previsto, é uma
638 contrapartida que na época teria uma necessidade ou teria uma utilidade para a
639 comunidade, acaba perdendo o seu valor, essa importância talvez. E a última questão que
640 quero colocar, o Jackão já falou um pouco talvez e outros, é a questão dos critérios da
641 CAUGE. Eu vejo assim, qual é o critério que tem um representante legal, das secretarias,
642 do município, muitas vezes opinar ou definir que não há necessidade de ter um
643 equipamento comunitário, tentando melhorar a qualificação do local, da região onde
644 aquele empreendimento vai se instalar? Simplesmente vem lá no relatório da CAUGE, no
645 parecer, que a secretaria, por exemplo, a SMED, não se opõe ao projeto. Ninguém se
646 opõe ao projeto, mas poderia consultar a comunidade, no mínimo o conselheiro da região.
647 Estou falando em termos de Conselho, consultar o conselheiro o que seria mais viável
648 para a gente tentar negociar, conversar, ou melhorar, ou ampliar, porque às vezes o
649 empreendedor até tem a disponibilidade de conversar com a comunidade, mas fica
650 impedido porque a CAUGE já fechou seu parecer e o termo de compromisso, que demora
651 muito tempo para sair. A gente sabe que o termo de compromisso nem sempre é feito e
652 elaborado no mesmo período que a CAUGE aprova o seu parecer. Aliás, eu acho que o
653 termo de compromisso teria que depois de ser aprovado no Conselho, teria que voltar ao
654 Conselho, para os conselheiros acompanharem o que está dentro daquele termo de
655 compromisso. Então, fica a sugestão do seguinte, que os componentes da CAUGE
656 deveriam antes de votar que não se opõem ao projeto, conversar com os representantes



657 das comunidades o que poderia ser aproveitado melhor para a comunidade, como um
658 equipamento comunitário. Quando eu falo em equipamento comunitário, sempre me refiro
659 a posto de saúde, equipamentos culturais. Nós estamos cada vez com dificuldade de
660 espaço cultural e as creches, que a gente sabe que a cidade se movimenta. Obrigado,
661 Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
662 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela fala. Na sequência
663 a gente tem o Conselheiro Ronie, o Paulista. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de**
664 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Obrigado, Secretário, por
665 este debate. O Jackson lembrou uma coisa que já foi discutido por alguns anos. Eu já
666 estive como conselheiro e já discuti isso, a importância do CMDUA estar dentro da CETAF,
667 CADAFA, CAUGE, essas outras secretarias que discutem os critérios, as mitigações e que
668 só chega para nós no CMDUA para dizer “amém”. É difícil, Secretário, porque é um vício
669 de anos, não é com as colegas que estão agora, isso é um ciclo que deveria ser quebrado,
670 onde não somente o CMDUA participar. Se pararem para ver, tem engenheiros que
671 participam dessa CETAF, CADAFA, CAUGE e outras tantas aí, mas pela prefeitura. Quem
672 não participa são os sindicatos, a SINDUSCON, os conselheiros comunitários que estão
673 aqui dentro, esses não participam. Aí tem a tal da medida mitigatória, compensatória, que
674 eu só vi ir para duas secretarias até hoje, 07 anos como conselheiro titular, agora no
675 segundo mandato como suplente. Só quem recebe é a EPTC e a SMED. Aí eu vou te falar
676 assim, um caso muito interessante do que acontece quando elas recebem essas medidas,
677 que eu já vi e tem documento para comprovar isso. Tenda, na Francisco Silveira
678 Bittencourt, 1818, foram 13 prédios com 5 mil moradias, as contrapartidas e medidas
679 mitigatórias na época eram uma creche comunitária para atender a região para 120
680 crianças e uma bacia de amortecimento atrás dos prédios, para evitar alagamentos que
681 ocorrem aqui na região. Justamente ali na Francisco Silveira Bittencourt com a Plínio
682 Kroeff. Aí eu pergunto aos senhores: o prédio está lá, os moradores estão todos lá, mas
683 não vi a creche, não vi a bacia. O absurdo que eu descobri, que a creche que era para nós
684 foi discutida para nós aqui da região, eu era o suplente... Fugiu agora, estou tentando
685 lembrar o nome do conselheiro titular. Mas foi discutido que viesse a creche para nós e
686 não veio, ela foi para a zona sul, Bairro Restinga. Na época teve um vereadorzinho que
687 colocou a mão ali e conseguiu transferir para lá. Vou dar outro endereço: Beco das Moças,
688 no Parque dos Maias, empreendimento da Tenda, aprovado em 2011/2012. Estão
689 construindo agora, está em fase. Qual a contrapartida dali? Nenhuma, porque foi para o
690 caixa único da prefeitura em 2015/2016, como todas as contrapartidas e medidas
691 mitigatórias estão indo, caixa único da prefeitura. E se quando é movimentado é para a
692 EPTC só e muito pouco para a SMED. Isso não é uma denúncia, é uma afirmação, é só
693 olhar no site da prefeitura. Então, discutir medidas mitigatórias é muito bom, mas o
694 Felisberto, a Tânia falou uma coisa que eu sou obrigado a concordar: nós queremos estar
695 lá dentro, ver a coisa no começo. Então, a gente tem que fazer parte da CAUGE, da
696 CADAFA, da CETAF, de todos esses órgãos sim, para nós podermos pleitear, para vir para
697 cá, para o CMDUA, para discutir com o resto dos colegas, para ver se de fato aprovamos
698 ou não e quando aprovarmos, como disse o Adroaldo, virem as repostas para nós com as
699 demandas que não foram mudadas no meio do caminho, por que às vezes o projeto e a
700 obra levam 6, 7 anos para concluir. É demorado e quando vai ver a contrapartida sumiu ou
701 não é feito como foi acordado. O que é acordado é muito lindo e maravilhoso, mas vou
702 dizer uma coisa, só aprovar e ninguém foi lá vistoriar para ver se aconteceu... Colegas,
703 deem risada, estão tentando fazer um traçado viário na minha comunidade, que já existe



704 há mais de 20 anos, com água, luz, esgoto, asfalto, olha o absurdo, agora querem colocar
705 uma avenida de 36m. Só vou dizer uma coisa para todo mundo saber, quem me conhece
706 sabe, vai arrumar uma guerra gigante comigo. Então, melhor ver bem. Outro dia
707 questionaram porque saí da pauta, por que eu comecei a gritar. Se tentarem aprovar um
708 projeto absurdo desse, que está na Vitória da Conquista, está na CADAFA, na CETAF, foi
709 para a Fazenda este ano para a regularização fundiária e aprovarem uma avenida ali,
710 preparem-se para uma guerra. Eu sou bom parceiro, mas não me tira para inimigo. Era só
711 esse aviso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
712 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Ronie. Conselheiro
713 Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande
714 do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite! Boa noite, colegas! Eu queria fazer um comentário,
715 uma observação, sobre um processo que nós examinamos este ano, que me tocou ser
716 relator e eu fiquei muito espantado com a situação. Então, eu queria trazer para o nosso
717 plenário para conversarmos, recordarmos isso e ver se há alguma explicação para esta
718 situação que eu vou falar. Eu examinei o processo, e foi bastante complicado para mim, da
719 escola indígena de ensino fundamental lá da Lomba do Pinheiro. E nós no Conselho,
720 depois de toda a apresentação e celeuma que isso causou, nós autorizamos e aprovamos.
721 Na noite em que nós aprovamos esse processo, supostamente, de autorização desse
722 EVU, que, portanto, nós estaríamos ali dando o início do processo de definição dessa
723 escola municipal, o colega Conselheiro Rafael obteve fotos aéreas que demonstravam, a
724 escola que nós estávamos conversando já construída, erguida no terreno, definida, toda a
725 construção consolidada e realizada. Isso para mim é uma negação de toda a estrutura,
726 como é que ocorreu uma construção com essa complexidade nesse terreno e nós do
727 Conselho Municipal e a Prefeitura, através das suas várias comissões, não teve ciência
728 disto? E o que mais me impressiona nessa questão é que examinando o processo nós
729 nunca vemos a manifestação da comunidade. A comunidade não existe dentro do
730 processo e seria muito importante que a comunidade tivesse voz no processo. Nós
731 estamos aprovando traçados viários, cadastramentos que, aparentemente, são coisas
732 simples, mas eu vejo nesses processos também que há pouca participação da
733 comunidade. Nós, inclusive, somos forçados a pedir aos colegas conselheiros das regiões
734 que apóiem informações sobre como a comunidade está recepcionando o projeto que nós
735 estamos examinando. Então, eu acho que seria muito importante que houvesse dentro da
736 legislação, que houvesse a oportunidade de manifestação da comunidade da região de
737 planejamento, que isso pudesse constar do processo decisório, que não fosse apenas e
738 tão somente a intervenção dos organismos técnicos da Prefeitura, que são muito
739 importantes, são definitivos, mas que houvesse a possibilidade da consulta à comunidade
740 envolvida, tanto dos moradores como também da comunidade que representa o capital,
741 capital privado que está entrando nisso. Ele precisa conversar dentro do processo e a
742 comunidade precisa conversar de forma legal e amparada. Era isso, obrigado. **Germano
743 Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -
744 SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. A gente tem na sequência o Conselheiro Dal Molin.
745 **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –
746 SINDUSCON:** Boa noite a todos. Esse assunto para mim é bastante instigante, inclusive,
747 foi por causa de um projeto que eu fiz e justamente citado pelo colega Hermes, que eu um
748 dia tive vontade de ser Conselheiro do Plano Diretor. Então, há um tempo, inclusive, hoje o
749 meu cabelo já está branco, que nem o colega Júlio Miranda, da EPTC, que eu conheci em
750 função de toda essa vida profissional que esse projeto, justamente que o Hermes falou, eu



751 tive a oportunidade de conhecer o colega Júlio Miranda, que eu mando um abraço, que
752 também está com cabelo branco como eu. Então, assim, quais são as minhas
753 contribuições? Por ter sofrido esse problema das medidas compensatórias, contrapartidas
754 e tudo. Esse projeto que o Hermes comentou, em 2004, para vocês terem ideia, levou 04
755 anos para aprovar um shopping center. Então, o que acontece? Como é que o processo foi
756 feito? E eu posso explicar melhor para o Felisberto, por exemplo. Naquela oportunidade a
757 gente fez o EVU de 2º grau. Até vou deixar de lado algumas questões, de comentários
758 aqui que tem a ver mais com questões políticas da época. Então, a gente fez um EVU e eu
759 consegui contornar algumas situações bem difíceis da época em relação à legislação.
760 Então, consegui levar esse projeto adiante. Esse projeto de impacto urbano de 2º grau
761 teve que ser feito um relatório de impacto ambiental, coisa que ninguém falou até agora.
762 Nesse relatório de impacto ambiental teve um termo de referência para ele, que ia ver
763 como mitigar o impacto, como amenizar o impacto, como fazer as compensações do
764 impacto e depois as contrapartidas, que, geralmente, são contrapartidas sociais. Então,
765 nesse relatório de impacto ambiental, depois de feito, teve que ser chamada uma
766 audiência pública. Foi a primeira vez na minha vida que eu tive que falar para mais de 40
767 pessoas, que quase que a minha voz não saía e no final consegui me manifestar, porque
768 eu nunca tinha falado para tanta gente em público, ainda mais para defender um projeto
769 meu. Então, nessa audiência pública, para vocês terem ideia, já teve gente da comunidade
770 que, inclusive, falava alto assim, não respeitava muito bem a parte de chamadas. Então, o
771 que eu estou querendo dizer com isso? Não queria me alongar demais. No momento do
772 relatório de impacto ambiental da audiência pública, é um momento da comunidade ser
773 chamada, porque no relatório de impacto foram apontadas todas as medidas, tudo o que
774 tem que ser mitigado, o que tem que ser compensado e começa-se a apontar as
775 contrapartidas. Lá no meu caso tinha uma contrapartida social, que era uma creche e tinha
776 que dar pequenos espaços comerciais na área do estacionamento para a comunidade do
777 entorno, e tinha seus artesanatos e tal. Então, ia ser contemplado ali. Então, a gente
778 conseguiu atender algumas contrapartidas sociais em função disso, que tinha um relatório
779 de impacto, tinha uma audiência pública e depois eu tive que ir no fórum da região, foi a
780 primeira vez que eu conheci que tinha um fórum da região. E depois eu tive que fazer uma
781 sustentação oral no Conselho do Plano Diretor, que não tem mais nenhum componente
782 aqui hoje que era daquela época. Então, o que eu digo para vocês? Não adianta a gente
783 querer fazer alguma intervenção na CAUGE, porque na CAUGE não é a hora, tem que ser
784 antes. Nós tínhamos um colega, o Diaran, que dizia: “Mas quais vão ser as
785 contrapartidas?” Essas contrapartidas têm que ser negociadas lá, depois do relatório de
786 impacto ambiental, não adianta querer depois, quando chegar ao Conselho do Plano
787 Diretor para ser aprovado, não é mais o momento. E tem outra coisa que o Hermes falou
788 muito bem, que são os critérios. (Sinalização de tempo esgotado). Na minha época eu não
789 sei quais eram os critérios que tinham, porque inventaram terminal de transporte coletivo,
790 tiraram o transporte coletivo, inventaram o viaduto depois, que por isso até hoje está lá o
791 terreno vazio, porque depois, na época que o colega falou do Zaffari, quando eu perguntei
792 – E o viaduto? Ah, não, o viaduto é daquele empreendimento lá! O viaduto não é do
793 Zaffari, o viaduto deve ter um empreendimento. Ou seja, parece que o viaduto ficou
794 gravado para aquele terreno e nunca mais a cidade vai poder ter um viaduto ali na Antônio
795 de Carvalho com a Protásio Alves. Eu tive que projetar um viaduto, um absurdo, projetar
796 um viaduto que quando ver as contrapartidas... (Sinalização de tempo esgotado). E as
797 compensações eram tão grandes na época que não teve mais, não podemos dar emprego,



798 nós íamos dar emprego para todo mundo da região ali, preferencialmente, tanto nós obra
799 quanto nas lojas do shopping. Tinha um termo de compromisso que estava escrito dar
800 emprego para as pessoas da região, preferencialmente. Então, se perdeu tudo isso, se
801 perdeu 4 anos de trabalho, porque não tinha critérios definidos, mas uma coisa boa de
802 tudo é que a comunidade pode se manifestar antes, na época do relatório de impacto
803 ambiental. E quando foi para o fórum da região também, que a comunidade se manifestou,
804 que a gente conseguiu colocar dentro do processo uma creche... (Sinalização de tempo
805 esgotado). Um espaço para as pessoas ali dentro. Então, basicamente, resumindo, é mais
806 ou menos isso. O Secretário Germano está de parabéns com todo o trabalho que ele está
807 fazendo de sistematizar tantas coisas da Prefeitura. Só está faltando nesse caso aí das
808 medidas saber o momento de que a comunidade pode se manifestar solicitando alguma
809 coisa. Então, era mais ou menos isso que eu queria contribuir. **Germano Bremm,**
810 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
811 Obrigado, Conselheiro. Na sequência o Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos**
812 **Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**
813 **Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos. Eu quero colocar aqui, vi que
814 muitos já comentaram sobre a questão da prioridade do atendimento. Nós temos três
815 situações em análise, que é prioridade do governo municipal, sempre vem na frente, a
816 prioridade das regiões de planejamento. Eu acho que são prejudicadas nesse ponto da
817 discussão, da participação, de interação das ações do próprio município. E também tem a
818 questão das demandas do OP, que vêm sendo solicitadas pelo OP e que ao mesmo tempo
819 também é pauta de discussão dentro das regiões de planejamento. Também foi colocada
820 aqui a questão do empreendimento Zaffari, se eu não me engano, está na pauta
821 novamente para fazer alguns ajustes, agora do loteamento, que é os fundos da proposta
822 da Quadra B, que foi discutido em momento anterior. Na época eu fiz um documento foi
823 encaminhado para a SMIM solicitando que fosse prioritária aquela obra, que é importante
824 para aquela região, também trânsito da cidade. A questão do termo de compromisso, eu
825 acredito que quem já foi buscar informações do termo de compromisso junto ao site vai ver
826 que não vai encontrar todos os termos de compromisso, vai encontrar alguns. Eu já fui
827 pegar essas informações e algumas coisas, alguns termos não achei. Em relação às
828 medidas compensatórias e mitigatórias, juntamente com os termos, se tudo fosse atendido
829 com certeza a nossa cidade estaria em um campo de obras, porque boa parte desses
830 empreendimentos não são atendidos, esses termos de compromisso não são atendidos, e
831 inclusive não são fiscalizados pelo município. Em relação aos prazos e as condicionantes
832 apontadas pelos termos de compromisso. Então, a falta de fiscalização do município faz
833 com que se percam também os recursos que poderia ser um investimento público para a
834 cidade e melhorar todas as condições e as demandas de atendimento que a cidade
835 necessita. Então, quero reforçar mais uma vez, criar um mecanismo para fazer com que as
836 regiões de planejamento sejam atendidas e também façam parte dessa discussão. Não
837 adianta apresentar depois o que o município decidiu e a região de planejamento tem que
838 aceitar ou tem que concordar. Nem tudo se concorda e nem tudo se aceita. Obrigado.
839 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
840 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Eu já passo em seguida
841 para a Conselheira Gisele, a Conselheira Carolina, se quiserem fazer alguns
842 esclarecimentos a alguma dúvidas, foram muitas dúvidas levantadas, mas é um tema
843 complexo, nem todos têm todas as respostas para todos os questionamentos levantados.
844 Justamente hoje a gente tem a oportunidade de debater e amadurecer mais, ouvir o ponto



845 de vista do outro também, cada um tem um olhar, uma visão, um entendimento do que é o
846 correto para a cidade. E a gente está aqui enquanto poder público para aprender um
847 pouco com todos os senhores e dentro da função pública a gente construir propostas,
848 meios de medidas para fazer um equilíbrio sempre em tudo o que é proposto. Gisele, eu
849 vou liberar aqui. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de**
850 **Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu queria compartilhar a minha tela. **Carolina**
851 **Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
852 **Econômico – SMDE:** Eu até posso começar, aí a Gisele vai compartilhando. Essa questão
853 conceitual, eu anotei aqui. O Sérgio Saffer lembrou da outra apresentação que houve, eu
854 também me lembro. Acredito que foi a Patrícia que fez no CMDUA, lá na Borges ainda,
855 também estava presente. E essa questão conceitual mesmo de mitigação, compensação,
856 contrapartida, dependendo do autor ele classifica que contrapartida pode ser dividida em
857 mitigação, em compensação, em pecúnia, enfim. Então, o que é importante a gente
858 pontuar é que o empreendedor gera determinados impactos. Esses impactos, se ele puder
859 mitigar, aí um exemplo, que eu acho que é mais fácil no trânsito, porque todos nós vivemos
860 dele. Vai gerar um congestionamento em determinada região, vai gerar muito trânsito, ele
861 vai mitigar esse impacto como? De repente com alargamento viário. Foi possível fazer
862 isso? Ele mitigou, ok, está resolvido. E já vou emendar outra resposta. Não importa o custo
863 dessa obra, o que importa é mitigar esse impacto gerado. Então, a gente busca a
864 mitigação do impacto gerado, independente se vai custar 100 mil ou 1 milhão. Depois não
865 é possível de alguma forma mitigar, digamos, vamos falar mais pontualmente, na quadra.
866 Ele vai poder compensar ou mitigar isso um pouquinho mais longe, ou, enfim, depois a
867 Gisele colocou aqui as contrapartidas. Queres falar, Gisele? **Gisele Coelho Vargas**
868 **(Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Sim. Eu
869 queria agradecer aos conselheiros pelas colocações, que sempre são superválidas e
870 importantes para o nosso trabalho. Eu queria também dizer uma coisa, acho que as
871 questões ficam um pouco confusas para todos, por isso também é importante a gente
872 retomar esse assunto, justo como o nosso Secretário comentou. Existe uma limitação legal
873 das coisas, né. Então, tu não podes cobrar do empreendimento, essa confusão que as
874 pessoas, nós todos fazemos, tu não podes cobrar do empreendimento uma mitigação de
875 um dano que ele não está causando. Assim, a delimitação dessa mitigação é bastante
876 técnica. Então, o que os conselheiros trazem de uma creche, de uma via, o que o
877 conselheiro falou do prolongamento da Grécia. Realmente, faz parte do termo. Por que
878 não aconteceu? Porque existe uma contaminação lá no solo da antiga fábrica da Taurus,
879 que precisa ser remediada, né. Então, seria excelente se nós dispuséssemos dos recursos
880 de todos os empreendimentos que acontecem na cidade e pudéssemos promover, então, o
881 bem melhor de toda a cidade, só que não funciona desta maneira. O empreendimento está
882 circunscrito em um raio, quando um outro empreendimento de maior porte, por exemplo,
883 um loteamento, ele destina uma porcentagem da sua área de 20% para um equipamento
884 público, ele destina um terreno, ele não pode destinar *a priori* um valor. Isso se chama
885 termo de conversão de área pública. Então, o terreno é muito pequeno, se ele for doar
886 20% vai ficar um lote inviável para um equipamento público, enfim, não tem carência de
887 equipamento naquele local, é tudo em relação aquele empreendimento. O que é feito?
888 Uma avaliação daquela fatia, que seria tirada daquele terreno em valor e é definido entre
889 as secretarias e junto com a administração, a gestão, SMPG, para qual equipamento
890 aquele recurso vai ser destinado. Então, existe, como eu volto a dizer, a limitação legal
891 dessas cobranças, digamos assim. Elas têm um destino certo e elas quase nunca são em



892 valor, nunca vem. É muito complicado isso da gente transferir para o empreendimento ou
893 empreendedor uma responsabilidade que muitas vezes seria do próprio poder público.
894 Então, a gente tem que ver. Existe uma questão séria, urbanística, brasileira e desigual de
895 crescimento caótico, desordenado. Agora, isso não diz respeito aos empreendimentos e
896 suas mitigações, isso é um problema sistêmico. Então, no momento que tu vais lá e vai
897 achacar, digamos, o empreendedor, solicitando que o empreendedor execute uma via que
898 não tem nada a ver com o empreendimento dele ou faça uma obra, qualquer coisa, isso
899 não tem amparo legal, nem no plano, nem no estatuto da cidade. Então, existem um rol de
900 contrapartidas definidas, que eu coloquei ali na tela, cabe ao poder público regulamentar a
901 utilização. No caso das operações urbanas está claro, além da doação de área pública, o
902 empreendedor ainda contribui com contrapartida pecuniária para aquela operação urbana,
903 dentro daquele território. Isso está regulamentado na lei da Lomba do Pinheiro. Temos a
904 outra contrapartida, que é a outorga onerosa do direito de construir, solo criado.
905 Contrapartida de projetos e planos especiais, entramos aqui nos projetos de impactos
906 urbanos. Operações consorciadas, depois vem aquela coisa das parcerias públicos
907 privadas. Tem um rol, um menu, digamos assim, que precisa ser regulamentado, algumas
908 nós já usamos em Porto Alegre. Agora, a gente não tem como estender uma solução
909 urbana para toda uma coletividade a partir de empreendimentos que partem da iniciativa
910 privada. Não existe essa possibilidade. Tenta se fazer um conserto, mas muitas vezes, aí
911 que vem a questão que eu volto a falar, o Dal Molin falou muito bem, vocês como
912 conselheiros têm acesso a todos os processos das suas regiões há tempo, nós da área
913 técnica estamos disponíveis para acessar com vocês da comunidade, se for necessário,
914 estamos disponíveis. Então, é o papel do Conselho previamente levar na comunidade. Eu
915 vejo claramente isso e trazer para nós, por que não? Essa é a minha contribuição.
916 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
917 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Gisele. A gente está em 19h55min,
918 está bem avançado, porque hoje teve a apresentação um pouquinho do modelo, aí tomou
919 um pouquinho de tempo. Eu sei que a gente tem a oportunidade da réplica, a gente tem
920 duas pessoas para réplica. Então, eu encerro a inscrição para réplica e vamos ter essas
921 réplicas, depois a gente encaminha para as conclusões, faz um encerramento, a Vaneska
922 vai fazer um apanhado do que foi tratado e a gente conclui, abre o link para contribuições
923 que alguém queira manifestar. Aí vai ter no link disponibilizado aqui para todos os
924 conselheiros. Vai lá, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
925 **Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado, Secretário. A cidade deve olhar o público e não o
926 privado. É uma visão de cidade, que cidade nós queremos? Se é para beneficiar o privado
927 ou beneficiar o público? E quanto a não existir medidas de compensações por parte dos
928 empreendimentos, devem existir, porque elas impactam a vida das pessoas. É como o
929 transporte coletivo, eles deveriam ser responsáveis pela manutenção das vias. Certo? Isso
930 é uma visão talvez de esquerda, socialista, mas é uma visão da responsabilidade de quem
931 explora o transporte público, porque eles desgastam e cobram a passagem e deveriam dar
932 a contrapartida para manter as vias, não ficar só sobre a responsabilidade da Prefeitura,
933 que muitas vezes alega que não tem dinheiro, aí entra nessa dupla face, que é a parceria
934 público-privada. É muito fácil fazer parceria público privada com quem tem o lucro. Vamos
935 pensar! Não é uma benesse do privado, eles são bondosos, caridosos, querem atender o
936 interesse público da cidade, não, eles ganham muito para isso, ganham muito. Nos
937 prédios, nos empreendimentos, também ganham muito. Então, a gente tem que ver isso1 E
938 comunidades que não recebem os empreendimentos, não recebem os equipamentos



939 públicos são penalizados. Então, a gente tem que olhar, o ônus e o bônus da cidade tem
940 que ser partilhado por todos. Certo? Deixa eu só finalizar, Secretário, 30 segundos. Não
941 adianta dizer que a iniciativa privada é bondosa, não é bondosa, ela não faz mais do que
942 obrigação, porque ela explora a cidade e visa o lucro. Nós temos que partilhar o lucro e a
943 responsabilidade é de todos. É isso, obrigado. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de**
944 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite de novo, mais uma vez. Concordo e
945 discordo com meu amigo Felisberto. Nos últimos 10 anos Porto Alegre perdeu 5 mil
946 empresas, em 10 anos. O total de desempregados 29 mil. Não sei se é o certo ficar
947 onerando empreendedor, é tanta medida mitigatória, compensatória. O grande erro da
948 nossa Porto Alegre foi justamente forçar o empreendimento a investir naquilo que poder
949 público deveria investir nas comunidades. Eu já discuti isso na Câmara de Vereadores,
950 inclusive, com situação e oposição. Então, eu ouvi cada absurdo, né. Mas eu acho que se
951 fosse, é uma sugestão, para fazer a coisa andar, de um empreendimento de 80 milhões
952 deveria ser cobrado 5% para o município do empreendimento, desses 80 milhões. E fazer
953 sim 2% as medidas compensatórias, 2% as mitigatórias e 1% a comunidade. Veja bem,
954 investimento de 80 milhões, é só fazer os cálculos, tu vais ver que 1% para a comunidade
955 é quase um valor para construir praças, creches, com facilidade. Não adianta tentar fazer
956 vias e onerar uma obrigatoriedade do município. Só no ano passado, antes da pandemia,
957 foram grandes empresas que saíram daqui do sul, estão no interior ou em outro estado
958 porque tem condições de se trabalhar sem ser arrojado pelo município. Então,
959 Felisberto, essa coisa de falar do empreendedor, amigo, se tu tivesses comércio ia querer
960 visar lucro, se eu abro um comércio quero visar lucro, senão não vou abrir! Eu acho que
961 tem que ter um equilíbrio. E se não cobrar idas e vindas, como a Gisele falou ali, vem
962 antes de aprovar. Então, tragam para nós discutirmos como vão ser as medidas
963 mitigatórias, muda o sistema, aí o prefeito não quer, os vereadores não querem, os 36
964 vereadores, mudar o sistema que beneficia as comunidades, que beneficia o
965 empreendedor. Taxa em 5%, 2% de medida mitigatória e 1% comunitária para ver se não
966 muda. Vai trazer mais emprego, vai trazer mais empresas, vai fazer a comunidade
967 participar e discutir mais. Essa é a minha colocação. Obrigado. **Patrícia da Silva**
968 **Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**
969 **SMAMS:** Pessoal, o Germano teve que sair para um telefonema, já volta. Em seguida a
970 gente vai encaminhar para a Vaneska fazer os encaminhamentos, como está na nossa
971 proposta. Eu vi que o Dal Molin pediu a palavra, mas o Germano já tinha encerrado. Então,
972 como já passou da hora vou passar direto para a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
973 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**
974 Hoje o que a gente conseguiu fazer foi mais uma anotação e eu tentei destacar aqueles
975 pontos mais relevantes dentro da leitura que eu fiz do que foi expresso para os
976 conselheiros. Eu vou compartilhar duas questões que eu acredito que são bem
977 importantes da gente considerar, é que tanto os conselheiros titulares quanto suplentes
978 podem contribuir no formulário online e é bem importante para gente poder ter uma visão
979 mais ampla. Eu vi que hoje tinha representantes, além dos titulares. Então, está aberto, só
980 importante se identificarem para a gente poder fazer o registro da forma mais adequada e
981 que as contribuições sejam realizadas no formulário, que tem espaço tanto para contribuir
982 com relação ao tema, quanto com relação à metodologia que a gente está colocando para
983 os registros. Eu vi que teve manifestações no chat, mas como eu estava acompanhando a
984 fala não consegui fazer o registro dessas manifestações. Então, se vocês puderem,
985 mesmo que seja reproduzir o que foi colocado no chat, nesse formulário, para a gente é o



986 ideal para que a gente possa garantir que foram registradas todas as contribuições. Então,
987 só pontuando o que foi dito, eu fui colocando só o nome de referência dos conselheiros,
988 daí eu peço desculpa, de repente usei o apelido, por exemplo, do Jackão, que foi a
989 maneira como eu consegui escrever mais rápido. No começo foi falada uma questão, que
990 eu acho que foi reforçada por vários conselheiros, que é que seja melhor discutida... Esse
991 foi um ponto bem do Conselheiro Fernando, né. Então, que seja melhor discutido com a
992 equipe técnica de quem está empreendendo, quem está fazendo a proposta dos
993 empreendimentos a essas contrapartidas. E, no caso, dou o exemplo das bacias de
994 detenção, em que o modelo pode não ser replicado em todo território, mas hoje é cobrado
995 do território de uma forma equivalente e que às vezes pode não estar fazendo o papel que
996 era previsto no momento da implantação. Por isso precisaria ser revisto. E que alguns
997 empreendimentos parecem fugir do tema do impacto direto do empreendimento em
998 questão. Essa é uma questão que foi levantada por vários conselheiros, essa clareza da
999 localização, tanto da contrapartida, quanto da mitigação, quanto das ações que foram
1000 feitas. Em qual momento a comunidade que sofre o impacto participa das decisões sobre
1001 os projetos? Foi uma questão que também foi apontada por diversos conselheiros,
1002 principalmente os conselheiros representantes das regiões de planejamento. Aqui eu
1003 destaquei na fala do Conselheiro Felisberto, mas foi dito por outros. Essa questão também
1004 bem importante, que a cidade não é igual, a questão da identidade dos bairros e resolução
1005 dos problemas das comunidades locais. Também a questão da cidade não ser só para o
1006 veículo. Foi muito discutida a questão das partidas e mitigações, que as compensações
1007 são muitas vezes delimitadas para alguns temas e alguns temas parecem não serem
1008 contemplados. Estava presente na fala de vários conselheiros. Como é a definição de
1009 medidas e valores? Também foi uma questão recorrente de quais são os critérios, qual é a
1010 metodologia, como que isso pode ficar mais claro para todos, tanto para quem vai
1011 empreender, quanto para quem está avaliando se esses projetos estão respondendo aos
1012 impactos que eles estão causando nas regiões. E aqui, novamente, uma questão que foi
1013 pontuada, que às vezes parece que o local dessa contrapartida, mitigação, compensação,
1014 não parece ter relação com o empreendimento. O Conselheiro Sérgio pontuou a questão
1015 da contrapartida, dos três conceitos, a necessidade de diferenciar a mitigação da
1016 compensação da contrapartida, muitas vezes a contrapartida de que é a palavra, o termo
1017 mais utilizado no Conselho. E colocou também essa questão da comunidade ser ouvida
1018 em um momento anterior, e também a questão de que em alguns projetos a relação direta
1019 entre a contrapartida e o impacto que está sendo causado pelo empreendimento não fica
1020 clara. A questão dos danos causados o Conselheiro Hermes comentou, o custo econômico
1021 social, ambiental, que muitas vezes não fica claro como ele foi medido, como ele foi
1022 discutido nas comissões. O Conselheiro Jackão, assim como outros conselheiros também,
1023 citou a questão do CMDUA participar mais ativamente das comissões, de divulgar uma
1024 contrapartida por região para que possa ser melhor acompanhado pelos Conselheiros,
1025 porque às vezes transpassa uma gestão, né. Então, como é feito esse acompanhamento
1026 pelos conselheiros, é importante ter essa delimitação para que eles possam realmente
1027 acompanhar as ações que estão sendo realizadas nas regiões de planejamento. Os
1028 critérios da CAUGE novamente, que até no momento da fala do Conselheiro ele
1029 questionou que muitas vezes o técnico pode chegar à avaliação que momento tal
1030 equipamento não é uma demanda e que ele entende que poderia haver um conflito de
1031 entendimento da região. O Conselheiro Ronie Gomes comentou também da questão do
1032 CMDUA estar dentro das comissões, foi mais de um conselheiro que comentou isso. A



1033 questão do parecer estar muito vinculado à EPTC e à SMED, de uma maneira menor que a
1034 EPTC essas medidas mitigatórias e compensatórias. E também coloca essa questão de
1035 estar dentro das comissões para poder pleitear já no início do processo essas ações que
1036 deveriam estar qualificando as regiões. O Conselheiro Mark também reforçou a
1037 importância da comunidade ser ouvida no processo e a sociedade também em uma
1038 relação do capital privado, não só a comunidade em geral. O Conselho Dal Molin pontuou
1039 algo um pouco diferente, falou que não seria no momento da CAUGE, mas que no
1040 momento do EIA RIMA é o momento da comunidade ser chamada, que é onde se
1041 constroem as demandas e também citou a questão dos critérios serem mais claros e
1042 definidos. Eu acho que foi um consenso, talvez essa clareza de critérios não esteja
1043 chegando à sociedade. E o Conselheiro Emerson também pontuou a necessidade de criar
1044 um mecanismo para garantir que as regiões de planejamento sejam atendidas e façam
1045 parte das discussões. Eu comecei a anotar as réplicas, mas as réplicas eu não cheguei a
1046 pontuar alguma questão específica, mas eu vou adicionar também a resposta técnica das
1047 colegas e vou pedir o auxílio delas para poder deixar este relatório mais completo e
1048 disponibilizar para vocês. Eu só peço que toda a contribuição que puder ser reproduzida
1049 no sistema do formulário para gente é muito precioso e nos dá uma possibilidade melhor
1050 de controle. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
1051 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Muito bem, fez um
1052 resumo. Ficou trabalhando a Vaneska para poder apresentar para nós. Eu acho que nessa
1053 metodologia a gente vai disponibilizar também o formulário para contribuição, a gente
1054 envia para os conselheiros em até quanto tempo? Duas semanas. **Vaneska Paiva
1055 Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade
1056 – SMAMS:** Até no início, Secretário, eu não sei se o senhor estava presente, eu pontuei
1057 que seria bem importante tudo que foi dito no chat com relação à temática, a metodologia,
1058 se puderem reproduzir no formulário para a gente poder acessar essas contribuições.
1059 Como eu fiquei envolvida anotando a gente não consegue ter o controle de tudo que é dito
1060 ali no chat. E que os conselheiros suplentes também podem, que todos contribuam, que
1061 seja estendido esse formulário para eles também. **Germano Bremm, Presidente e
1062 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, a
1063 gente vai mandar por e-mail. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária
1064 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que está com a
1065 Camila, no final da tarde eu passei para ela em PDF, que descreve em versão preliminar,
1066 antes da contribuição dos conselheiros, ali tem o link do formulário. A apresentação que eu
1067 fiz antes posso mandar também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal
1068 do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, manda também. Perfeita,
1069 então, senhores conselheiros, são 20h08min. Eu sei que a pauta é bem extensa, provoca
1070 debates, a gente não consegue exaurir o tema, que realmente é muito importante, a gente
1071 que estuda a matéria há bastante tempo, vem tentando construir, mantendo modelos,
1072 formas, é bom discutir, ouvir todos os lados, todas as visões. Então, nesse sentido a gente
1073 vai encerrando a nossa reunião. Lembrando que na nossa próxima terça-feira temos
1074 reunião novamente. E a próxima é na última quinta-feira do próximo mês. O Conselheiro
1075 Felisberto tem uma Questão de Ordem e o Conselheiro Gomes também. **Felisberto
1076 Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha não é
1077 uma Questão de Ordem, Secretário. Como o próximo tema é regularização fundiária,
1078 queria lembrar da *live* de terça-feira, às 15 horas, exatamente sobre esse tema de
1079 regularização fundiária. Como é que se iniciou o processo em Porto Alegre com a Vila



1080 Planetário, que foi uma disputa pela cidade. Então, queria convidar. Será dia 1º de
1081 setembro, às 15 horas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
1082 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O Conselheiro
1083 **Gomes. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
1084 **Seis – RGP. 6:** Boa noite. Presidente, a Questão de Ordem é no sentido de que pela
1085 maneira que o debate foi levado, pela importância das questões que foram levantadas, eu
1086 acho e estou com o sentimento, alguns outros conselheiros manifestaram no chat também
1087 esse sentimento da necessidade de dar continuidade a esse debate, para amarrar os
1088 pingos aí, porque se lançou muita coisa, um aspecto muito grande do que foi debatido,
1089 discutido. Eu acho que se nós não fizermos outro debate, na continuação destes, nós
1090 vamos perder a grande oportunidade de ter isso realmente como aprendizado, porque falta
1091 uma série de coisas aí que agora a gente poderia ter a amarração dessas questões que
1092 foram levantadas, para não ficar tão solto, tão pulverizado. Foram pulverizadas muitas e
1093 muitas informações pelos conselheiros. As apresentações foram fantásticas, Gisele,
1094 Carolina, muito bem colocado. Parabéns mesmo pela capacidade que tiveram de trazer
1095 para nós o debate. Já nós conselheiros, por não termos esse domínio tão grande, as
1096 coisas ficam soltas e jogadas meio que no ventilador. Então, é o momento de começar a
1097 fazer as amarrações. E eu acho que deveria na sequência marcar uma continuação desse
1098 debate, que seria realmente o fechamento do aprendizado. Essa é a minha ideia e eu
1099 submeto ao Presidente e demais conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e**
1100 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito,
1101 Conselheiro Gomes. Importante sim a gente dar continuidade, o próprio grupo, a Patrícia
1102 acabou não falando, mas a gente vem trabalhando em uma ideia, em um modelo para
1103 tentar atender tudo aquilo que foi levantado aqui hoje: as decisões, o momento do
1104 Conselho participar dessa definição. A gente vem discutindo isso há bastante tempo e eu
1105 acho que em um próximo encontro talvez a gente tenha a oportunidade de trazer uma
1106 proposta, um modelo, explicar como a gente está pensando em estruturar isso do ponto de
1107 vista legal e das amarrações, de momentos, do raio de abrangência que foi falado, da
1108 questão do impacto, o que é impacto. Ah, se tem dentro do Plano Diretor, tu tens uma
1109 infraestrutura existente, em tese tu não estás ampliando o uso daquela infraestrutura ou o
1110 contrário. São questionamento que a gente tem que fazer e criar uma regulamentação um
1111 pouco melhor, para isso um raio de abrangência para o Conselho, o Orçamento
1112 Participativo que participa da definição dessas medidas, os conselheiros dentro do seu
1113 raio de abrangência indicam quais são as medidas prioritárias. Enfim, são questões que a
1114 gente vem discutindo aqui internamente e quer amadurecer, para chegar no processo de
1115 revisão do Plano Diretor para ter uma proposta mais respectiva. Vamos continuar. Claro,
1116 nós temos um calendário aqui já de outros assuntos, eu acho que a gente pode marcar e
1117 encaixar essa pauta específica para encerrar esse tema e dar mais clareza. Eu acho
1118 importante. O Conselheiro Dal Molin e vamos encerrar. **Rogério Dal Molin (Titular),**
1119 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Pessoal, o seguinte,
1120 quero reforçar o que falou o Conselheiro Gomes, que a gente fez quase que um *briefing*
1121 aqui, muita gente falou. Eu acho que depois isso pode gerar um grupo de trabalho de cada
1122 assunto desse que a gente vai trabalhar. São contribuições bastante interessantes que
1123 todo mundo apontou. Queria dizer também que no próximo assunto, que é regularização
1124 fundiária, a gente podia estar muito intimamente ligado à APP e regularização fundiária,
1125 porque muitas vezes as pessoas acabam tomando ou invadindo. Então, tem que se falar
1126 em APP junto com a regularização fundiária também. E terceiro ponto que eu queria falar,



1127 concluindo, é que eu vi vários conselheiros falando que é uma questão mais
1128 (Inaudível/interferência no áudio). Eu vou dar um exemplo rápido, em 2007, se não me
1129 engano, eu perdi a eleição para o Conselho do Plano Diretor, que já tinha sido eleito e na
1130 minha reeleição eu perdi. Então, eu deixei de ser Conselheiro, mas tinha um projeto que
1131 uma pessoa queria fazer o primeiro projeto residencial no 4º Distrito, uma área degradada.
1132 Então, o que eu fiz? Eu levei esse projeto para a comunidade lá no 4º Distrito, fiz a
1133 exposição do projeto, a comunidade participou. Isso por minha conta, eu não era
1134 conselheiro, nem nada, eu era autor do projeto. Aí a comunidade pode dizer o que ela
1135 queria. E o que aconteceu? No dia que o Conselho do Plano Diretor, que o projeto foi
1136 avaliado pelos conselheiros, a comunidade em peso foi para o Conselho do Plano Diretor
1137 e Fortunati, que era o Secretário na época, ele disse: “Ué, o que vocês estão fazendo
1138 aqui?” Nós viemos apoiar o empreendimento que é do nosso interesse. É o contrário do
1139 que muitas vezes acontece, que as pessoas vão lá para dizer que não querem alguma
1140 coisa, eu fiz um trabalho como responsável técnico e com a experiência de Conselho. Por
1141 isso que eu queria dar essa dica para vocês, que vocês podem levar para a comunidade,
1142 pode ser dentro do fórum e depois, quando chegar no Conselho já está amarrado, a
1143 comunidade já participou e já disse que esse empreendimento serve. Então, foi uma coisa
1144 diferente naquela época, em 2007, no final de 2007, que apareceu a comunidade para
1145 dizer que queria o empreendimento. Entendeu? E não assim – Ah, por que não fala com a
1146 gente? Então, acho que a gente tem que botar as ideias, porque às vezes a gente pode
1147 inverter o processo. Ao invés de ficar esperando a gente pode chegar e propor. Ninguém
1148 tem medo da comunidade. Entendeu? A comunidade é muito boa, parece às vezes que
1149 tem medo de falar com a comunidade. A comunidade é muito boa dentro do processo,
1150 ainda mais quando ela apoia o empreendimento. É um ganha a ganha. A gente tem que ter
1151 em mente dentro da Cidade de Porto Alegre, como bem falou o nosso Conselheiro Ronie,
1152 tem que ter um ganha a ganha. Não adianta querer tirar o lucro dos empresários, não
1153 adianta querer cada vez fazer mais coisas difíceis para os empreendimentos de Porto
1154 Alegre, senão Porto Alegre não faz mais nada e nós vamos ficar todo mundo – Por que
1155 Porto Alegre não evolui? Eu acho que nós estamos no caminho certo. **Germano Bremm,**
1156 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
1157 Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Deixei falar um pouco, estava empolgado, muitas
1158 contribuições boas, mas são 20h21min, os conselheiros estão cobrando aí também.
1159 Vamos continuar esse debate na medida do possível e marcar uma pauta específica para
1160 tratar, que é do interesse de todos os conselheiros na cidade. Obrigado. Boa noite.
1161 **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h22min).**

1162

1163

1164

1165

1166 **Germano Bremm**1166 **Secretária Executiva**1167 **Presidente**1167 **Relatora**

1168

1169 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**